
Allianz Saúde S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Allianz Saúde S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Allianz Saúde S.A.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Carlos Eduardo Sá da Matta'.

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

ALLIANZ SAÚDE S.A.
CNPJ Nº 04.439.627/0001-02



www.allianz.com.br

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Allianz Saúde S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

A Allianz Saúde (Seguradora) é uma empresa Controlada da Allianz Seguros, unidade brasileira do Grupo Allianz, que está presente em 70 países e acumula mais de 125 anos de história. Reconhecido por sua solidez financeira e alto coeficiente de solvência, o Grupo Allianz é um dos maiores do mundo em seguros e gestão de ativos, com mais de 92 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 142 mil colaboradores.

Acordo de aquisição

Em 22 de agosto de 2019, a Allianz Seguros (Controladora) assinou o acordo de aquisição dos negócios de seguros de Automóvel e Ramos Elementares da Sul América Companhia Nacional de Seguros (SulAmérica). A operação foi adquirida por R\$ 3 bilhões e representa o compromisso e a confiança do Grupo Allianz no mercado brasileiro.

A transação está alinhada à estratégia de crescimento da Controladora, que visa atingir a liderança em mercados-chave, e representa mais um grande passo no reposicionamento estratégico dos negócios do Grupo Allianz na América Latina. A operação também permitirá investimentos adicionais em tecnologias digitais e disruptivas para potencializar o setor e continuar a oferecer soluções inovadoras e de primeira linha para os clientes locais.

A transação está sob aprovação dos órgãos reguladores e fortalecerá a posição competitiva da Allianz no Brasil, ampliando a oferta de produtos e serviços com significativo aumento da presença geográfica da Seguradora no país.

Até a conclusão efetiva da operação, a Allianz Seguros e SulAmérica continuarão conduzindo seus negócios de maneira independente.

A evolução da Allianz Saúde

Desde sua fundação, a Seguradora opera exclusivamente com seguro empresarial. Da década de 1990 para cá, esse ramo passou por profundas mudanças e o mercado teve que inovar seus modelos operacionais e comerciais para mantê-lo sustentável.

Durante 2019, a Seguradora finalizou a integração do seguro saúde em seu novo modelo de negócio. Tal concretização possibilitou um produto 100% digital, ou seja, sem trânsito de papel. Houve redução de custos na gestão de clientes e os reembolsos passaram a ser totalmente online para todos os tipos de procedimentos, fazendo com que a Seguradora tenha um dos menores prazos de pagamento do mercado.

Reconhecimentos à Allianz Saúde

22º Top of Mind de RH

Em junho de 2019, foi a décima primeira vez que a Seguradora figurou no Top of Mind de RH na categoria “Seguro Saúde”.

100 Melhores Empresas em Satisfação dos Clientes no Brasil

A Seguradora foi eleita uma das “100 Melhores Empresas em Satisfação dos Clientes no Brasil”, figurando também entre as cinco primeiras colocadas em “Seguro Saúde”.

Indicadores de desempenho

Resultado bruto

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica atingiu R\$ 75 milhões (R\$ 54 milhões em 2018), representando crescimento na ordem de 38,3%, quando comparado ao exercício imediatamente anterior e impactada pela melhoria na relação prêmios x sinistros e variação das reservas técnicas.

Resultado do exercício

O resultado do exercício atingiu R\$ 12 milhões (R\$ 4 milhões em 2018), incrementado em 181,1%, quando comparado ao exercício anterior. A melhora do resultado financeiro e o desconhecimento dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias contribuiu para o atingimento do resultado apresentado.

Balancos Patrimoniais

O ativo total da Seguradora atingiu R\$ 273 milhões (R\$ 352,3 milhões em 2018). Ao final do exercício o patrimônio líquido da Seguradora totalizou R\$ 172,4 milhões (R\$ 212 milhões em 2018), passando as ações representativas do capital social a ter o valor patrimonial de R\$ 2.019,96 por lote de mil ações.

Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pela Diretoria por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos acionistas da Seguradora, devidamente registrado em ata na qual constará, entre outras informações e, caso aplicável, a parcela do lucro

líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei, não sendo proposta pela Diretoria tal distribuição ao final do exercício, visto que o lucro apurado será utilizado para absorção de prejuízos de exercícios anteriores.

Planejamento estratégico

As projeções financeiras e econômicas, utilizadas pela Seguradora, são determinadas utilizando-se diferentes fontes de informações, projeções do cenário econômico local, participação de mercado, estatísticas e necessidades dos segurados, favorecendo o alcance das metas estabelecidas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		149.633	114.052
Disponível		1.041	1.155
Realizável		148.592	112.897
Aplicações Financeiras	5	140.026	102.153
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	9.2	52.350	23.120
Aplicações Livres		87.676	79.033
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	2.637	2.983
Prêmios a Receber		2.223	2.546
Participação de Beneficiários em Sinistros Indenizáveis		414	437
Despesas Diferidas		412	214
Créditos Tributários e Previdenciários	7	5.384	7.301
Bens e Títulos a Receber		133	244
Despesas Antecipadas		-	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		123.163	238.281
Realizável a Longo Prazo		123.058	238.143
Aplicações Financeiras	5	89.117	186.656
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	9.2	40.312	88.009
Aplicações Livres		48.805	98.647
Créditos Tributários e Previdenciários	7	-	17.608
Títulos e Créditos a Receber	10.2	33.052	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	10.1	889	33.879
IMOBILIZADO	8	105	138
Imobilizado de Uso Próprio		105	138
TOTAL DO ATIVO		272.796	352.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO	NOTA	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		82.982	102.923
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9.1	52.016	83.997
Provisões de Prêmios		3.810	3.107
Provisão de Prêmios Não Ganho		3.468	2.759
Provisão para Remissão		342	348
Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS		3.667	3.956
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços		16.698	24.227
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		27.841	52.707
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.349	972
Prêmios a Restituir		21	86
Comercialização sobre Operações		1.328	886
Provisões		4.818	6.664
Provisão para Ações Judiciais	10.1	4.818	6.664
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	11	1.901	2.142
Débitos Diversos	12	22.898	9.148
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.433	37.890
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9.1	155	83
Provisão para Remissão		155	83
Provisões		5.206	37.807
Provisões para Tributos Diferidos		709	1.286
Provisão para Ações Judiciais	10.1	4.497	36.521
Débitos Diversos	12	12.072	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		172.381	211.520
Capital Social	13	258.580	308.580
Ajustes de Avaliação Patrimonial	13	1.064	1.929
Prejuízos Acumulados		(87.263)	(98.989)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		272.796	352.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	NOTA	2019	2018
Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		325.502	390.559
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		333.148	393.671
Prêmios Retidos	14.1	333.922	393.044
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(774)	627
Tributos Diretos de Operações com de Planos Assistência à Saúde	14.2	(7.646)	(3.112)
Sinistros Retidos	14.3	(248.206)	(338.525)
Sinistros Conhecidos ou Avisados		(273.072)	(344.198)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		24.866	5.673
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		77.296	52.034
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	14.5	155	278
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	14.5	(2.546)	1.857
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(3.761)	835
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(299)	(254)
Reversão da Redução ao Valor Recuperável		1.514	1.276
RESULTADO BRUTO		74.905	54.169
Despesas de Comercialização	14.4	(34.604)	(29.881)
Despesas Administrativas	14.6	(38.282)	(35.563)
Resultado Financeiro Líquido		28.282	22.142
Receitas Financeiras	14.7	28.890	37.278
Despesas Financeiras	14.8	(608)	(15.136)
Resultado Patrimonial	14.9	-	30
Receitas Patrimoniais		-	30
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		30.301	10.897
Imposto de Renda	15	(1.411)	(654)
Contribuição Social	15	(907)	(635)
Impostos Diferidos	15	(14.032)	(4.532)
Participações sobre o Resultado		(2.225)	(905)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.726	4.171
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		85.338.862	101.840.285
(=) Resultado do exercício por ação (em reais)		0,14	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.726	4.171
Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Reconhecidos por Ativos Próprios	(1.441)	132
Efeitos Tributários	576	101
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>10.861</u>	<u>4.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	308.580	1.696	(103.160)	207.116
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	233	-	233
Resultado Líquido do Exercício	-	-	4.171	4.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	308.580	1.929	(98.989)	211.520
Redução de Capital (NE 13.1)	(50.000)	-	-	(50.000)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	(865)	-	(865)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	11.726	11.726
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	258.580	1.064	(87.263)	172.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO METODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	343.690	407.274
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	422.538	329.556
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	976	976
(+) Outros Recebimentos Operacionais	852	428
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(280.890)	(348.095)
(-) Pagamento de Comissões	(33.080)	(30.084)
(-) Pagamento de Pessoal	(23.102)	(25.276)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(446)	(371)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(4.862)	(3.995)
(-) Pagamento de Tributos	(8.635)	(10.120)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributários)	(3.970)	(1.012)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.942)	(2.228)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(397)	(502)
(-) Aplicações Financeiras	(347.653)	(303.970)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(10.669)	(9.578)
Caixa líquido das atividades operacionais (*)	52.410	3.003
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	30
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	30
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(2.524)	(2.739)
(-) Redução de Capital	(50.000)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(52.524)	(2.739)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(114)	294
CAIXA – Saldo Inicial	1.155	861
CAIXA – Saldo Final	1.041	1.155
Ativos Livres no Início do Exercício	177.680	176.456
Ativos Livres no Final do Exercício	136.481	177.680
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(41.199)	1.224

(*) A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais está apresentada na nota explicativa 17.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Allianz Saúde S.A. (Seguradora), controlada da Allianz Seguros S.A., fundada em 2001, é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Seu capital social é composto por 85.338.862 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, controlada pela Allianz Seguros S.A. (Controladora) com participação de 99,998% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Seguradora opera com seguro saúde em grupo, cuja abrangência se dá em todo o território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435/2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os fundos de investimentos anteriormente classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa”, foram revisados e reclassificados para “Aplicações Financeiras Livres”, mediante análise das suas características. Os saldos apurados em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade.

A metodologia utilizada para análise da sensibilidade (nota 4.2.1) foi reavaliada em 2019, visando equalizar os relatórios internos do Grupo Allianz, e a análise apresentada em 2018 está sendo reapresentada para fins comparativos.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Aplicações Financeiras
- Nota 6 – Créditos das Operações com Planos de Assistência à Saúde (Redução ao valor recuperável)
- Nota 7 – Créditos Tributários e Previdenciários
- Nota 9 – Provisões Técnicas
- Nota 10 – Depósitos e Provisões Judiciais

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Apurações do resultado

O regime de apuração de resultado é o de competência. As receitas com prêmios de seguros são reconhecidas mensalmente, de acordo com o período de vigência decorrido do contrato. Nos casos em que o prêmio é emitido antecipadamente em relação ao período de vigência, o valor é registrado na rubrica "Provisão de Prêmio Não Ganho".

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.2 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.3 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das duas categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.4 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde".

3.2.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) as quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam, substancialmente, obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.7 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito de prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging*. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido, substancialmente, por equipamentos e veículos. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.5 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social (20% em 2018). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido deve ser mensurado pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas. Neste sentido, aplicou-se a alíquota de 40% sobre as diferenças temporárias que se realizaram a partir do ano de 2019.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância à legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com a RN 393/2015 e alterações posteriores. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de operações de assistência à saúde estão classificadas conforme apresentado abaixo:

3.6.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos

A Provisão de Prêmios Não Ganhos é constituída pela parcela do prêmio do seguro saúde, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método *pró-rata die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

3.6.2 Provisão para Remissão

É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em cálculos atuariais, observando o disposto na RN nº 393/2015 da ANS, e alterações posteriores.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário considerando o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

3.6.3 Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde (SUS), realizado por segurados conveniados da Seguradora. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A Seguradora analisa os casos individualmente e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

3.6.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data base das demonstrações financeiras.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de contratos vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos sinistros não estejam relacionados ao contrato são classificados como ação judicial. Caso um sinistro lançado inicialmente como provisão para ações judiciais for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização.

3.6.5 Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos ou pagos, distribuídos pelas datas de movimento e ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 60 períodos de desenvolvimento e agrupamento ano de ocorrência por trimestre de desenvolvimento.

3.7 Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

3.8 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda assistência saúde ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos.

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar o Perfil de Riscos da Seguradora. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos, uma linha indireta com o CEO e também uma linha direta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias sejam apurados e deliberados por este Comitê de Ética;
- O Comitê de Investimentos estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos, observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez, respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais (IFRS) e nacionais.
- O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual;
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se à mudanças e interrupções súbitas para proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos para que a Seguradora esteja melhor posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente; e
- O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

4.2 Risco de seguros – Saúde

Responsabilidades por sinistros de saúde são estimadas utilizando-se técnicas atuariais de projeção de sinistros. Esses métodos extrapolam o desenvolvimento de sinistros para cada ano com base no desenvolvimento observado nos anos anteriores. Na maioria dos casos, nenhuma premissa externa é adotada já que as projeções se baseiam em premissas internas no desenvolvimento histórico dos sinistros nos quais as projeções estão baseadas.

Os planos de saúde coletivos são aqueles pagos pelo empregador ou pelo empregado via contrato de trabalho. Riscos de crédito e variações nos preços praticados são monitorados constantemente pela área de subscrição através de avaliações financeiras das empresas empregadoras com interesse no produto e prováveis aumentos deliberados pelo órgão regulador.

4.2.1 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada na utilização de premissas atuariais que demonstram o estresse de cenários

de sinistros, despesas e ressarcimentos.

Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade no quadro a seguir foi estabelecido conforme a referida metodologia.

	31/12/2019	31/12/2018
	Efeito na DRE e PL	
Premissas - teste de estresse		
Aumento de 5% na sinistralidade	(171.247)	(135.342)
Redução de 5% na sinistralidade	171.247	135.342
Aumento de 3% nas despesas administrativas	(102.748)	(81.205)
Redução de 3% nas despesas administrativas	102.748	81.205
Aumento de 1% na taxa de juros	(489.081)	(650.469)
Redução de 1% na taxa de juros	489.081	650.469

4.2.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a otimização e acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo de planos, localização e redes de prestadores cadastrados.

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito no qual a Seguradora está exposta se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *rating* avaliado pelas agências competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados, pessoas físicas e pessoas jurídicas, durante o processo de aceitação ou não do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *ratings*. Os títulos financeiros foram baseados no *rating* local da agência Standard & Poor's (S&P).

Agência Classificadora	31/12/2019			
S & P / Fitch (escala local e equivalentes)	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-	Abaixo de B-	
MOODY'S	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	A1; A2; A3; Baa1; Baa2; Baa3	Abaixo de B3	
			Sem Classificação Rating	Total
Disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa públicos	220.427	-	-	220.427
Valor Justo por meio de resultado				
Quotas de fundos de investimentos	8.643	61	12	8.716
Total das aplicações financeiras	229.070	61	12	229.143
Empréstimos e recebíveis				
Créditos de operações com planos de saúde *	-	-	5.240	5.240
Total	229.070	61	5.252	234.383

Agência Classificadora	31/12/2018				
S & P / Fitch (escala local e equivalentes)	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	
MOODY'S	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	A1; A2; A3; Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3	
				Sem Classificação Rating	Total
Disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa públicos	259.115	-	-	-	259.115
Valor Justo por meio de resultado					
Quotas de fundos de investimentos	28.856	473	367	(2)	29.694
Total das aplicações financeiras	287.971	473	367	(2)	288.809
Empréstimos e recebíveis					
Créditos de operações com planos de saúde *	-	-	-	7.100	7.100
Total	287.971	473	367	7.098	295.909

*Excluindo valor de R\$ 2.603 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.117 em 31 de dezembro de 2018), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

4.3.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexador dos papéis. Além disso, o Comitê de Investimentos estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em fundos de investimentos e as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

31/12/2019

Classes	Premissas	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido		
		Saldo Contábil	Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	114.174	(5.445)	108.729
Pós-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	106.253	-	106.253
Outros-valor justo por meio do resultado				
Fundos de investimentos	-	8.716	-	8.716
Totais		229.143	(5.445)	223.698

31/12/2018

Classes	Premissas	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido		
		Saldo Contábil	Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	133.407	(5.217)	128.190
Pós-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	125.708	-	125.708
Outros-valor justo por meio do resultado				
Fundos de investimentos	-	29.694	-	29.694
Totais		288.809	(5.217)	283.592

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro.

A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O percentual do total de ativos que deve ser aplicado por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

31/12/2019					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Caixa e equivalente de caixa	1.041	-	-	-
Aplicações financeiras	8.716	131.310	41.777	47.340	229.143
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	1.902	735	-	-	2.637
Bens e títulos a receber	-	133	-	-	133
Total dos ativos financeiros	11.659	132.178	41.777	47.340	232.954
Provisões técnicas	-	52.016	155	-	52.171
Débitos das operações de assistência à saúde	-	1.349	-	-	1.349
Débitos diversos	1.945	20.953	12.072	-	34.970
Total dos passivos	1.945	74.318	12.227	-	88.490

31/12/2018					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Caixa e equivalente de caixa	1.155	-	-	-
Aplicações financeiras	29.694	72.459	164.638	22.018	288.809
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	1.197	1.786	-	-	2.983
Bens e títulos a receber	-	244	-	-	244
Total dos ativos financeiros	32.046	74.489	164.638	22.018	293.191
Provisões técnicas	-	83.997	83	-	84.080
Débitos das operações de assistência à saúde	-	972	-	-	972
Débitos diversos	3.132	6.016	-	-	9.148
Total dos passivos	3.132	90.985	83	-	94.200

A Administração considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Descrição	31/12/2019					31/12/2018				
	até 1 ano	de 1 a 3 anos	mais que 3 anos	mais que 5 anos	Total	até 1 ano	de 1 a 3 anos	mais que 3 anos	mais que 5 anos	Total
Contas a Pagar e tesouraria	12	-	-	-	12	(3)	-	-	-	(3)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	33	329	3.106	251	3.719	-	9.222	4.807	1.542	15.571
Letra Financeira (LF)	858	1.457	-	-	2.315	1.271	4.668	367	-	6.306
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	93	174	-	-	267	83	664	-	-	747
Debêntures	251	1.140	849	163	2.403	112	2.396	3.704	861	7.073
Totais	1,247	3,100	3,955	414	8,716	1,463	16,950	8,878	2,403	29,694

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégicos e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora.

A Seguradora possui metodologias e processos de monitoramento e gestão de seus riscos operacionais, de maneira que estes possibilitam a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

O Grupo Allianz mantém um rigoroso controle da posição econômico-financeira da Seguradora. Os valores da margem de solvência e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

Calculada em consonância com as regras de transição, estabelecida no artigo 6º e no anexo VII da RN nº 209/2009, a margem de solvência e o patrimônio líquido ajustado estão assim apresentados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio líquido contábil	172.381	211.520
(-) Despesas diferidas	(412)	(214)
(-) Despesas antecipadas	-	(2)
Provisão para ações tributárias*	264	2.108
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	<u>172.233</u>	<u>213.412</u>
Margem de Solvência		
(A) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 36 meses	82.735	90.163
(B) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 60 meses	137.860	179.107
(C) Maior entre (A) e (B)	<u>137.860</u>	<u>179.107</u>
(D) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses	66.784	78.609
(E) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	123.934	141.734
(F) Maior entre (D) e (E)	<u>123.934</u>	<u>141.734</u>
X (Parcela mínima)	<u>77,9%</u>	<u>70,5%</u>
(MS) Margem de Solvência	<u>130.897</u>	<u>160.420</u>
Suficiência	<u>41.336</u>	<u>52.992</u>

* Conforme determinado pela RN nº 209/2009 e IN nº 50/2012 (DIOPE) - parágrafo único, aplica-se percentual regressivo sobre o montante registrado na rubrica "Obrigações legais", classificadas no passivo não circulante de 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2019 este percentual é de 2% sobre R\$ 13.178 (16% sobre R\$ 13.178 em 31 de dezembro de 2018).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A classificação e composição por categoria, indexadores e taxas médias contratadas e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

31/12/2019									
Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratada a.a. %	
Disponíveis para Venda		131.310	63.588	25.529	220.427	96%	220.427	218.653	
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	16.798	18.416	35.214	15%	35.214	34.583	0,079
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	52.350	46.790	7.113	106.253	46%	106.253	106.247	SELIC
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	78.960	-	-	78.960	35%	78.960	77.823	0,093
Valor justo por meio de resultado		8.716	-	-	8.716	4%	8.716	8.716	
Quotas de fundos de investimentos:	Nível 2	8.716	-	-	8.716	4%	8.716	8.716	-
Totais		140.026	63.588	25.529	229.143	100%	229.143	227.369	

31/12/2018									
Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratada a.a. %	
Disponíveis para Venda		72.459	176.518	10.138	259.115	90%	259.115	255.900	
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	10.946	-	10.946	4%	10.946	10.274	0,113
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	23.367	92.203	10.138	125.708	44%	125.708	125.712	SELIC
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	49.092	73.369	-	122.461	42%	122.461	119.914	0,094
Valor justo por meio de resultado		29.694	-	-	29.694	10%	29.694	29.694	
Quotas de fundos de investimentos:	Nível 2	29.694	-	-	29.694	10%	29.694	29.694	-
Totais		102.153	176.518	10.138	288.809	100%	288.809	285.594	

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2018		Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro		Ajuste TVM	Saldo em 31/12/2019
Disponíveis para venda	259.115	150.937	150.937	(203.640)	15.456	(1.441)	220.427	
Valor justo por meio de resultado	29.694	196.716	196.716	(218.898)	1.204	-	8.716	
Totais	288.809	347.653	347.653	(422.538)	16.660	(1.441)	229.143	

	Saldo em 31/12/2017		Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro		Ajuste TVM	Saldo em 31/12/2018
Disponíveis para venda	267.599	26.993	26.993	(54.077)	18.468	132	259.115	
Valor justo por meio de resultado	26.339	276.977	276.977	(275.479)	1.857	-	29.694	
Totais	293.938	303.970	303.970	(329.556)	20.325	132	288.809	

6. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos prêmios a receber está assim demonstrada:

6.1 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	A vencer	31/12/2019			Totais
		Vencidos			
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	mais de 90 dias	
Prêmio a receber	735	1.497	341	2.253	4.826
(-) Redução ao valor recuperável	-	(572)	(242)	(1.789)	(2.603)
Participação dos beneficiários em sinistros	-	22	41	351	414
Créditos de operações com planos de saúde	735	947	140	815	2.637

Descrição	A vencer	31/12/2018			Totais
		Vencidos			
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	mais de 90 dias	
Prêmio a receber	1.671	1.296	801	2.895	6.663
(-) Redução ao valor recuperável	-	(919)	(514)	(2.684)	(4.117)
Participação dos beneficiários em sinistros	115	130	155	37	437
Créditos de operações com planos de saúde	1.786	507	442	248	2.983

6.2 Movimentação dos prêmios a receber

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prêmios pendentes no início do exercício	2.546	6.163
Prêmios emitidos	380.231	436.287
IOF	7.931	9.337
Cancelamentos	(46.309)	(43.243)
Recebimentos	(343.690)	(407.274)
Reversão da redução ao valor recuperável	1.514	1.276
Prêmios pendentes no final do exercício	<u>2.223</u>	<u>2.546</u>

6.3 Movimentação da redução ao valor recuperável

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	4.117	5.393
Constituições	908	186
Reversões	(2.422)	(1.462)
Saldo no final do exercício	<u>2.603</u>	<u>4.117</u>

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A rubrica do Ativo Circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim apresentada:

Curto Prazo	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Antecipação de IRPJ e CSLL	4.318	2.584
IRPJ e CSLL a recolher	(2.317)	(1.289)
INSS a compensar	-	926
IOF à restituir	148	898
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	3.235	4.182
Totais	<u>5.384</u>	<u>7.301</u>

A rubrica do Ativo Não Circulante, até a sua total reversão em 2019, era composta pelos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias, e a movimentação destes está assim apresentada:

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2019</u>
Imposto de Renda			
Provisões para contingências fiscais e cíveis	6.917	(6.917)	-
Provisões para perdas	1.029	(1.029)	-
Provisões com funcionários	755	(755)	-
Outras provisões	69	(69)	-
Contribuição Social			
Provisões para contingências fiscais e cíveis	4.150	(4.150)	-
Provisões para perdas	619	(619)	-
Provisões com funcionários	352	(352)	-
Outras provisões	141	(141)	-
Créditos tributários	<u>14.032</u>	<u>(14.032)</u>	<u>-</u>
PIS e COFINS - diferido sobre PSL e PEONA	3.576	(3.576)	-
Totais	<u>17.608</u>	<u>(17.608)</u>	<u>-</u>

	Saldos em		Movimentação		Saldos em	
	31/12/2017		Constituição	Reversão	31/12/2018	
Imposto de Renda						
Provisões para contingências fiscais e cíveis	7.276		6.917	(7.276)	6.917	
Provisões para perdas	1.348		1.029	(1.348)	1.029	
Provisões com funcionários	1.153		755	(1.153)	755	
Outras provisões	537		69	(537)	69	
Contribuição Social						
Provisões para contingências fiscais e cíveis	5.820		5.534	(7.204)	4.150	
Provisões para perdas	1.080		823	(1.284)	619	
Provisões com funcionários	821		604	(1.073)	352	
Outras provisões	528		55	(442)	141	
Créditos tributários	18.563		15.786	(20.317)	14.032	
PIS e COFINS - diferido sobre PSL e PEONA	4.012		3.576	(4.012)	3.576	
Totais	22.575		19.362	(24.329)	17.608	

Os tributos diferidos oriundos de ganhos e perdas não realizados sobre os ajustes de avaliação patrimonial, classificados no ativo e passivo diferido, foram compensados no passivo não circulante. Os montantes compensados foram de R\$ 7 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2018).

Conforme estabelecido pela RN nº435/2018, e levando em conta a ocorrência de prejuízo em três dos últimos cinco exercícios sociais, a Seguradora desreconheceu contabilmente os saldos apurados a título de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

Em dezembro de 2019, a Seguradora apresenta um saldo acumulado de prejuízo fiscal de IRPJ no valor de R\$ 438.962 e um saldo acumulado de base negativa de CSLL no valor de R\$ 439.053.

Além disso, a Seguradora apresenta um saldo acumulado de diferenças temporárias dedutíveis de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 15.493.

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Seguradora está classificado em sua totalidade como não hospitalar, sua movimentação está assim apresentada:

Descrição	Saldo residual		Saldo residual	Saldo contábil		Depreciação
	31/12/2018	Depreciação		31/12/2019	bruto	
Veículos	127	(33)	94	179	(85)	
Equipamentos	11	-	11	225	(214)	
Totais	138	(33)	105	404	(299)	

Descrição	Saldo residual		Saldo residual	Saldo contábil		Depreciação
	31/12/2017	Baixas		31/12/2018	bruto	
Veículos	458	(292)	127	179	(52)	
Equipamentos	13	-	11	225	(214)	
Totais	471	(292)	138	404	(266)	

9. PROVISÕES TÉCNICAS**9.1 Provisões de sinistros**

31/12/2019						
	Provisão para remissão	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas	Provisão sinistros a liquidar	Provisão sinistros PEONA	Outras - Provisões ressarcimento SUS	Total
Saldo no início do exercício	431	2.759	24.227	52.707	3.956	84.080
Sinistros avisados liquidados de glosa	-	-	275.254	-	712	275.966
Recuperação de sinistros	-	-	(2.894)	-	-	(2.894)
Constituição	66	709	-	-	-	775
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	(24.866)	-	(24.866)
Sinistros pagos	-	-	(279.889)	-	(1.001)	(280.890)
Saldo no final do exercício	497	3.468	16.698	27.841	3.667	52.171
Curto prazo	342	3.468	16.698	27.841	3.667	52.016
Longo prazo	155	-	-	-	-	155

31/12/2018						
	Provisão para remissão	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas	Provisão sinistros a liquidar	Provisão sinistros PEONA	Outras - Provisões ressarcimento SUS	Total
Saldo no início do exercício	496	3.320	27.903	58.380	4.177	94.276
Sinistros avisados liquidados de glosa	-	-	348.460	-	1.362	349.822
Recuperação de sinistros	-	-	(5.624)	-	-	(5.624)
Reversão	(65)	(561)	-	-	-	(626)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	-	(5.673)	-	(5.673)
Sinistros pagos	-	-	(346.512)	-	(1.583)	(348.095)
Saldo no final do exercício	431	2.759	24.227	52.707	3.956	84.080
Curto prazo	348	2.759	24.227	52.707	3.956	83.997
Longo prazo	83	-	-	-	-	83

9.2 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas

Provisões técnicas para garantia	31/12/2019	31/12/2018
Provisões técnicas	37.932	62.991
Ativos vinculados		
Títulos de renda fixa - públicos vinculados	92.662	111.129
Suficiência	54.730	48.138
Total aplicações livres	136.481	177.680

10. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS**10.1 Provisões judiciais**

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista.

Durante o exercício de 2018 a Seguradora procedeu atualização monetária dos saldos ativos e passivos oriundos de processos judiciais fiscais, após pacificação de entendimento proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os montantes estão apresentados na coluna "Atualização monetária".

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais					
	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31/12/2019
Fiscais	31.968	-	(32.387)	419	-	32.477	-	(32.387)	431	521
Cíveis	736	4	-	-	740	10.173	4.244	(6.131)	-	8.286
Trabalhistas	134	51	(36)	-	149	535	683	(710)	-	508
Sinistros*	1.041	-	(1.041)	-	-	-	-	-	-	-
Totais	33.879	55	(33.464)	419	889	43.185	4.927	(39.228)	431	9.315

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais					
	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31/12/2018
Fiscais	16.684	302	-	14.982	31.968	17.342	383	(241)	14.993	32.477
Cíveis	610	126	-	-	736	11.859	4.268	(5.954)	-	10.173
Trabalhistas	554	82	(502)	-	134	1.148	341	(954)	-	535
Sinistros*	15	1.041	(15)	-	1.041	-	-	-	-	-
Totais	17.863	1.551	(517)	14.982	33.879	30.349	4.992	(7.149)	14.993	43.185

* Refere-se a processos judiciais de sinistros. A provisão encontra-se contabilizada na rubrica "Sinistros a liquidar".

As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

10.2 INSS

10.2.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.031902-2)

Por meio dessa ação era questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/1999, que determina o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, com o que foi interposto recurso de apelação, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Foi negado provimento ao recurso e opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos com efeitos infringentes, para dar parcial provimento ao recurso de apelação e afastar a incidência da contribuição previdenciária somente sobre os valores repassados aos médicos pelas operadoras de plano de saúde. Foi interposto recurso extraordinário pelo que foi julgado prejudicado. Diante dessa decisão, foi interposto agravo interno, o qual não foi provido. Após protocolarmos Liquidação de Sentença por Arbitramento, a União Federal requereu pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação conclusiva, o que foi deferido pelo Juízo. A União Federal apresentou petição e requereu a conversão em renda dos valores depositados nos autos nos percentuais indicados pela Receita Federal. Protocolamos petição para requerer a intimação da União Federal, para que apresente petição e cálculos conclusivos, indicando, de forma exata, qual o valor que entende ser convertido em renda e qual o valor será passível de levantamento pela Autora, uma vez que, da análise da petição protocolada por ela, não foi possível aferir os valores, o que foi deferido pelo Juízo. A União Federal apresentou novo demonstrativo do "saldo a converter" e do "saldo passível de levantar". Requeremos nova intimação da União Federal, tendo em vista não ter considerado mais de 6 (seis) anos de depósito no demonstrativo por ela apresentado, para que apresente novo demonstrativo de cálculo conclusivo, de todos os depósitos efetuados na ação, com a indicação do montante a ser convertido em renda a seu favor e o passível de levantamento pela Autora, o que foi deferido pelo Juízo, determinando que a União se manifeste, expressamente, sobre os depósitos efetuados no período de 19 de dezembro de 2008 até 06 de janeiro de 2015 e 04 de março de 2015, conforme requerido pela Autora.

Diante do exposto, a Seguradora obteve êxito parcial na ação. O tribunal manteve as comissões e excluiu os repasses efetuados aos médicos do campo de incidência do tributo patronal.

Neste contexto, em abril de 2019, a Seguradora providenciou a reversão da provisão judicial relacionada ao tema, no valor de R\$ 32.387. Para tanto, reverteu-se contra resultado a parcela referente aos médicos no valor de R\$ 20.541, sendo R\$ 11.223 na rubrica "Despesas administrativas" e R\$ 9.318 na rubrica "Receitas financeiras", e transferiu para a rubrica de "Débitos Diversos" no passivo não circulante o saldo de R\$ 11.846 relativo aos tributos agora devidos sobre as comissões pagas aos corretores, sendo atualizados monetariamente (NE 12).

Os depósitos judiciais constituídos nos autos do processo, que somam R\$ 32.387, foram reclassificados para a rubrica de longo prazo "Títulos e Créditos a Receber", sendo atualizados monetariamente. Por fim, a Seguradora está aguardando a conclusão de procedimentos administrativos e judiciais para reverter ao caixa a parcela do depósito judicial relativo aos médicos e utilizar o saldo remanescente para liquidar o saldo a pagar relativo aos corretores.

10.2.2 Notificações fiscais**Processos Administrativos nº 19515.005292/2008-61 (NFLD nº 37.012.407-3) e 19515.005293/2008-13 (NFLD nº 37.012.408-1)**

Esses processos versam sobre a exigência de contribuições previdenciárias referentes ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003 sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente. Foi interposto recurso voluntário que aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 521 (R\$ 509 em 31 de dezembro de 2018).

10.3 Ações cíveis – não relacionadas a sinistros

Ações judiciais iniciadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas cujos pagamentos foram negados, seja pela inexistência de cobertura contratual ou pela inexistência do próprio contrato. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das indenizações e das despesas cuja probabilidade de perda é considerada provável. O montante provisionado é de R\$ 8.286 (R\$ 10.173 em 31 de dezembro de 2018) e depósitos judiciais no montante de R\$ 740 (R\$ 736 em 31 de dezembro de 2018). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 583 (R\$ 583 em 31 de dezembro de 2018).

10.4 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por empregados ou ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. O montante provisionado é de R\$ 508 (R\$ 535 em 31 de dezembro de 2018) e depósitos judiciais no montante de R\$ 149 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2018). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 122 (R\$ 5.257 em 31 de dezembro de 2018).

10.5 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar” e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros judiciais no exercício.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	1.125	626
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	1.782	1.577
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída	197	254
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	173	-

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IOF e Contribuições Previdenciárias	447	370
Imposto de Renda Retido (IRRF)	685	792
PIS e COFINS	340	477
Outros	429	503
Totais	<u><u>1.901</u></u>	<u><u>2.142</u></u>

12. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/2019					31/12/2018				
	A Vencer - Dias					A Vencer - Dias				
	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
Prestação de serviços terceiros	-	224	-	-	224	-	240	-	-	240
Contrato de aluguel	77	-	-	-	77	145	-	-	-	145
Obrigações com funcionários (a)	594	2.185	1.281	-	4.060	266	2.483	1.332	-	4.081
Débitos de operações bancárias (b)	-	-	-	1.945	1.945	-	-	-	3.132	3.132
Fornecedores	208	-	-	-	208	26	-	-	-	26
Compartilhamento de despesas - Controladora (c)	-	15.167	-	-	15.167	-	-	-	-	-
Depósitos de terceiros	786	-	-	-	786	939	-	-	-	939
Encargos sociais a recolher	-	-	431	-	431	-	-	449	-	449
Outras obrigações a pagar (d)	-	-	-	12.072	12.072	136	-	-	-	136
Totais	1.665	17.576	1.712	14.017	34.970	1.512	2.723	1.781	3.132	9.148

- (a) As “Obrigações com funcionários” incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
 (b) Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em “Débitos de operações bancárias”.
 (c) A rubrica de “Compartilhamento de despesas” apresenta o montante correspondente a desembolsos financeiros assumidos pela Controladora (Allianz Seguros), efetuadas em condições de mercado.
 (d) A rubrica de “Outras obrigações a pagar” em 2019, apresenta o montante atualizado relativo aos tributos devidos sobre as comissões pagas aos corretores (transferência ocorrida em abril de 2019, conforme NE 10.2.1).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social – Em 2019 o capital subscrito e integralizado passou de R\$ 308.580 composto por 101.840.285 ações, para o montante de R\$ 258.580 composto por 85.338.862 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mediante redução de capital no montante de R\$ 50.000 aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 31 de janeiro de 2019.

13.2 Ajuste de avaliação patrimonial – Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2019 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 1.064 (R\$ 1.929 em 31 de dezembro de 2018).

13.3 Dividendos – Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. Ao final do exercício o Conselho de Administração deliberou pela não distribuição de dividendos.

14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	31/12/2019	31/12/2018
14.1 Prêmios retidos	333.922	393.044
Prêmios emitidos	380.231	436.287
Prêmios cancelados e restituídos	(46.309)	(43.243)
14.2 Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(7.646)	(3.112)
COFINS operacional	(6.756)	(2.677)
PIS operacional	(890)	(435)
14.3 Sinistros retidos	(248.206)	(338.525)
Sinistros avisados	(275.966)	(349.822)
Recuperação de sinistros	2.894	5.624
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	24.866	5.673
14.4 Despesas de comercialização	(34.604)	(29.881)
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento	(34.604)	(29.881)

14.5 Outras receitas / (despesas) operacionais	(2.391)	2.135
Reversão da redução ao valor recuperável	1.514	1.276
Provisão para contingência operacional	(2.218)	2.776
Manutenção da rede credenciada	(1.468)	(1.585)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(299)	(254)
Encargos sociais de operações com seguros	-	(241)
Material de produtos - marketing	(44)	(57)
Outras receitas	124	220
14.6 Despesas administrativas	(38.282)	(35.563)
Pessoal	(23.637)	(24.776)
Compartilhamento de despesas - empresa Controladora	(15.167)	-
Serviços de terceiros	(3.316)	(3.901)
Localização e funcionamento	(2.586)	(3.436)
Impostos	(2.027)	(1.716)
Publicidade e propaganda	(786)	(881)
Taxa de Saúde Suplementar	(166)	(219)
Contingências fiscais - reversão	11.223	-
Outras despesas administrativas	(1.820)	(634)
14.7 Resultado Financeiro	28.282	22.142
Receitas financeiras	28.890	37.278
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	15.456	18.468
Atualização de contingências fiscais - reversão	9.318	-
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.204	1.857
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	976	976
Operações de seguros	510	680
Atualização de depósitos judiciais - contingências fiscais (NE 10)	419	14.982
Juros Selic sobre impostos federais	340	315
Outras	667	-
Despesas financeiras	(608)	(15.136)
Atualização de contingências fiscais (NE 10)	(431)	(14.993)
Tarifas bancárias	(141)	(93)
Operações financeiras IOF	(36)	(23)
Outras despesas	-	(27)
14.8 Resultado patrimonial	-	30
Receita na alienação de bens do ativo permanente	-	25
Outros resultados patrimoniais	-	5

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2018
Resultado antes dos impostos e após as participações	28.076	9.992
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	(7.019)	(2.498)
CSLL - 15% / 20%	(4.211)	(1.998)
Efeito das (adições)/exclusões:		
Ajustes permanentes	(108)	(348)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	7.545	645
Provisões para perdas	606	574
Provisões com funcionários	130	717
Outras provisões	(448)	841
Compensação e incentivos fiscais	1.187	778
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.318)	(1.289)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(14.032)	(4.532)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(16.350)	(5.821)

16. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, sua controladora Allianz Seguros, seus diretores e demais membros chaves da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A remuneração paga aos diretores, registrada na rubrica "Despesas administrativas", referentes a benefícios de curto prazo, totalizou em 31 de dezembro de 2019 R\$ 1.399 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2018).

A Seguradora compartilha com a sua controladora Allianz Seguros certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros são beneficiários de seguro-saúde emitido pela Seguradora; (b) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Allianz Seguros; (c) custos administrados relacionados a comercialização de seguros; (d) custos com tecnologia da informação e marketing.

Com as demais empresas relacionadas a Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros saúde (S), prestação de serviços e serviços administrativos (P).

Partes relacionadas	Tipo	31/12/2019				31/12/2018			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	S	-	-	1.424	-	-	-	1.554	-
Allianz SE	P	-	-	-	(769)	-	-	-	(2.367)
Allianz Global Benefits GMBH	P	-	-	-	(21)	-	-	-	(12)
Allianz Seguros S.A.	S/P *	-	15.244	(1.625)	(1.502)	-	169	12.347	(1.744)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A	S	-	-	1.564	-	-	-	1.340	-
AWP Service Brasil Ltda.	S	2	-	2.949	-	1	-	2.760	-
Totais		2	15.244	4.312	(2.292)	1	169	18.001	(4.123)

(*) O montante de R\$ 15.167 referente a custos administrativos devidos à Controladora está registrado no passivo na rubrica "Débitos Diversos" e no resultado na rubrica "Despesas administrativas" (NE 14.6).

17. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais está assim apresentada:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado Líquido do Exercício	11.726	4.171
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	16.350	5.821
Depreciação	33	41
Reversão de Perdas por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	(1.514)	(1.276)
(Ganho)/Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível	-	(25)
Varição das Provisões Técnicas	(12.143)	12.847
Varição Outros Ativos e Passivos	2.518	751
Varição nas Contas Patrimoniais:		
Ativos Financeiros	58.801	5.362
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.837	4.893
Créditos Tributários e Previdenciários	7.493	2.521
Despesas Antecipadas	2	-
Outros Ativos	(32.918)	3.027
Depósitos Judiciais e Fiscais	205	(926)
Débitos Diversos	28.499	(2.553)
Impostos e Contribuições	(241)	(1.438)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	377	(1.008)
Depósitos de Terceiros	(153)	(486)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(19.964)	(23.028)
Passivo Fiscal Diferido	(577)	(102)
Provisões Judiciais	(3.603)	(3.005)
Imposto Sobre Lucros Pagos	(4.318)	(2.584)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	<u>52.410</u>	<u>3.003</u>

18. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020 ou exercícios posteriores. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- IFRS 17 – Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- Resolução Normativa (RN) nº435/2018 - Norma emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que prevê a divulgação em notas explicativas da realização do Teste de Adequação de Passivo – TAP incluindo as regras e os parâmetros utilizados a partir das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2020.
- Resolução Normativa (RN) nº 393/2015 e alterações posteriores - Normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que dispõe sobre orientações e critérios para a constituição das Provisões técnicas. A partir de janeiro de 2020, a norma inclui a constituição da Provisão para Insuficiência de Prêmios para a cobertura dos sinistros a ocorrer, quando constatada e Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS.

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

A DIRETORIA:

ATUÁRIA:

Milena Farat Milani
MIBA nº 3107

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar
CRC 1SP-213784/O-0